



# PLURIAIS

NOVEMBRO/2016

Boletim Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - SINDJUF-PA/AP



## PEC do Fim do Mundo

PÁG. 4

Servidores públicos federais programam PARALISAÇÃO GERAL contra ofensivas do governo

### NOTA TÉCNICA

MPF DIZ QUE PEC-241 É INCONSTITUCIONAL

PÁG. 11

### ENQUETE

SINDICATO BUSCA OPINIÃO SOBRE AÇÃO DOS 15,8% E 21,3%

PÁG. 10

### CATEGORIA

SERVIDORES ELEGEM DELEGADOS PARA A XX PLENÁRIA DA FENAJUFE

PÁG. 10

## EDITORIAL

# UNIDADE NA LUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

*Como estratégia para conter a ofensiva conservadora que ameaça direitos e compromete o futuro do país*

Uma vez superado o processo de impeachment de Dilma Rousseff e o resultado das eleições, no qual o Partido dos Trabalhadores foi massacrado nos principais colégios eleitorais do país, como São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, para citar alguns exemplos. Fica evidente o sucesso da ofensiva reacionária que assola a América Latina, onde, no Brasil, a mesma busca consolidar sua hegemonia e construir ambiente para a implementação de sua agenda neoliberal que ataca direitos dos trabalhadores e engessa a administração pública em uma proposta de emenda suicida, que tem como meta principal congelar, durante 20 anos, os gastos públicos, retirando vultosos recursos da educação e da saúde, redirecionar o crescimento do fundo público para o pagamento da dívida pública, sem concessões eventuais, como as que foram feitas no período petista. Tal proposta representa um ataque frontal a conquistas duramente arrancadas em períodos anteriores e significa, na prática, retirar recursos alocados no atendimento das camadas mais pobres da população (saúde, educação, saneamento, etc.) e um caminho bastante eficaz para solucionar a crise sob o ponto de vista dos ricos que historicamente sempre se utilizaram do espaço público como forma de garantir a sua hegemonia política e econômica. Desse modo, não é sem razão que a referida ofensiva conta com total apoio da grande mídia e do mercado financeiro.

No campo dos movimentos populares e da esquerda, após a capitulação do PT ao modelo de política predatória aos interesses



públicos que sempre foram praticadas pelos partidos tradicionais da velha direita, que foi fomentada pela tal política de alianças em nome da governabilidade, há o desafio da construção de alternativas populares que possam em médio prazo se contrapor aos ataques do governo Temer e tudo que o mesmo representa e, quem sabe, abrir caminho para a retomada do sonho de um Brasil mais justo, democrático e que não seja refém das minorias endinheiradas que por essas terras se revezam desde Cabral.

Assim, diante dos diversos ataques já iniciados (PEC 241) e os que estão em curso (flexibilização de direitos trabalhistas, criminalização dos movimentos populares e ataque ao direito de greve pelo STF), a tarefa principal que se coloca para o movimento sindical consiste na retomada imediata das estratégias de mobilização da categoria como forma de se preparar para os enfrentamentos que virão.

A inércia do campo trabalhador nesse momento, certamente favorecerá a intensificação da ofensiva conservadora, razão pela qual, é imprescindível que se busque construir unidade de todos os servidores públicos, trabalhadores da iniciativa privada e estudantes que já se preparam para a realização de vários eventos nacionais como greves, ocupações de escolas e universidades e atos públicos.

...a tarefa principal que se coloca para o movimento sindical consiste na retomada imediata das estratégias de mobilização da categoria como forma de se preparar para os enfrentamentos que virão...

### Diretoria Executiva Colegiada do SINDJUF-PA/AP - Triênio 2016/2019

- **COORDENADORES GERAIS:** Antonio Augusto Ferreira da Mota (TRT-PA) / Arcelino Geraldo de Barros Filho (JF-PA) / Claudio Luiz Santos Silva (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO:** Jacqueline Chaves de Almeida (TRT-PA) / Omar Lameira Costa (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE COMUNICAÇÃO:** Moisés Silva Campos (TRE-AP).
- **COORDENADORES DE FORMAÇÃO SINDICAL E SINDICALIZAÇÃO:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA) / Herculano Wanderlin da Silva Gibson (TRT-AP).
- **COORDENADORES DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** Jeefson Amparo de Menezes (TRE-PA) / Maria José Borges Paixão (TRT-PA).
- **COORDENADOR DE ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS:** Paulo Rubens de Jesus Teixeira (TRT-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO BAIXO-AMAZONAS:** César Augusto Savino de Sousa (JF-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO SUL DO PARÁ:** José Wilson Fernandes de Sousa (TRE-PA).
- **COORDENADORES REGIONAIS DO AMAPÁ:** Alexandre Azevedo dos Santos (JF-AP) / Francisco das Chagas Silva Barros (TRE-AP) / Ubiratan Maciel Monteiro (TRT-AP).
- **Jornalista:** Tainá Lima. / ■ **Diagramador:** Delson Mendes. / ■ **Colaborador:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA). / ■ **Tiragem:** 2.000 exemplares.



### Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - SINDJUF-PA/AP

■ **SEDE:** Rua Bernal do Couto, 1089 - Umarizal - CEP: 66055-080 - Belém/PA  
 Fones: (91) 3241-6330 / 3241-6300 / 0800-280-7969 / Site: [www.sindjuf-paap.org.br](http://www.sindjuf-paap.org.br)  
 Emails:  
[adm@sindjuf-paap.org.br](mailto:adm@sindjuf-paap.org.br) / [comunicacao@sindjuf-paap.org.br](mailto:comunicacao@sindjuf-paap.org.br) / [juridico.sindjufpaap@gmail.com](mailto:juridico.sindjufpaap@gmail.com)  
 Site Assessoria Jurídica do SINDJUF-PA/AP: [www.itdp.adv.br](http://www.itdp.adv.br) / [www.facebook.com/itdpadvocacia](http://www.facebook.com/itdpadvocacia)

■ **SUBSEDE:** Rua Novo Horizonte, 404 - Santa Inês - CEP: 68901-510 - Macapá/AP  
 Fone: (96) 3225-1308  
 Email: [subsede@sindjuf-paap.org.br](mailto:subsede@sindjuf-paap.org.br)

**Venha para o Sindicato. Filie-se e faça parte desta luta!**

# 3º Concurso de Fotografia do SINDJUF-PA/AP

Tema: CIDADES

Premiação para os três primeiros colocados...

**CRITÉRIOS:**

- ♥ Criatividade.
- ♥ Observação.
- ♥ Sensibilidade.
- ♥ Imaginação.
- ♥ Coerência.

**PRORROGADO**

Inscrições até: **18/nov/2016**

REGULAMENTO: [www.sindjuf-paap.org.br](http://www.sindjuf-paap.org.br)  
 EMAIL: [comunicacao@sindjuf-paap.org.br](mailto:comunicacao@sindjuf-paap.org.br)

Informações: **0800-280-7969**

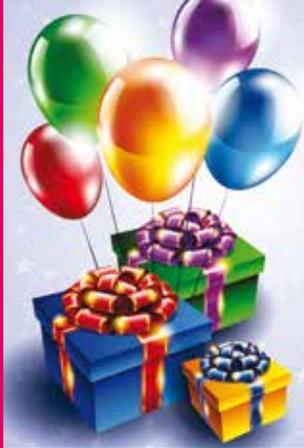
# Eleição para DIRETORIA de BASE do SINDJUF-PA/AP

(Triênio 2016/2019)

**PREVISÃO:**  
A partir de NOV/2016  
Aguarde!

Um servidor participativo e interessado nas lutas em defesa de seus direitos fortalece ainda mais o SINDICATO.

**JUNTE-SE A NÓS!**  
**PARTICIPE E SEJA UM DIRETOR DE BASE.**



## Aniversariantes do mês de NOVEMBRO

É com muita alegria que o Sindjuf-PA/AP parabeniza a todos os aniversariantes do mês de novembro. A Diretoria Executiva do Sindicato deseja aos aniversariantes muitos anos de vida, felicidades e saúde. Parabéns!

# FAÇA PARTE >>> FILE-SE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá  
[www.sindjuf-paap.org.br](http://www.sindjuf-paap.org.br)  
 0800-280-7969

Filiado à



Os motivos nós já temos,  
**SÓ FALTA VOCÊ.**

**File-se.**

[adm@sindjuf-paap.org.br](mailto:adm@sindjuf-paap.org.br) - [www.sindjuf-paap.org.br](http://www.sindjuf-paap.org.br)



# RECADASTRAMENTO SINDICAL

Em breve o SINDJUF-PA/AP estará enviando um colaborador até você para realizar a atualização de seus dados. Aguarde!

## CONJUNTURA

# Servidores Públicos Federais se unem contra o pacote de maldades de Temer

Para barrar a aprovação de projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional, que o governo federal considera como soluções para a crise financeira no país, mas que na verdade é um pacote recheado de medidas prejudiciais aos trabalhadores brasileiros, diversas entidades e movimentos sociais vem se mobilizando contra as propostas que avançam no país, entre elas a PEC 241 (agora 55 no Senado) ; o PLP 54/2016 (antigo PLP 257/2016); PL 4567/16; a Medida Provisória 746/2016; a reforma da Previdência e flexibilização das leis trabalhistas.

Como resposta a essa intensificação o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) convoca todos os servidores federais e demais trabalhadores dos setores público e privado a ampliar a mobilização e pressão sobre os parlamentares, sinalizando uma paralização nacional para o dia 11 de novembro.

O objetivo da mobilização é criar frente de resistência às tentativas de retiradas de



Foto: Brasil 247

direitos dos trabalhadores, e demonstrar indignação contra a crise econômica, social e política que atualmente passa o país, com seus milhões de desempregados, servidores com salários atrasados e parcelados e o elevado custo de vida.

A reforma prevista pelo governo vai implicar em cortes sociais, no rebaixamento

do poder aquisitivo e na piora das condições de vida dos mais necessitados; com recessão, desemprego, aumento da informalidade, aumento da inflação, piora nos serviços públicos, como saúde e educação, além do congelamento de salários de servidores e investimentos no serviço público.

### 20 ANOS DE CONGELAMENTO

Uma das propostas defendida pelo governo é a **PEC 241/16**, que prevê o congelamento dos gastos públicos em 20 anos, já aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, em segundo turno, a proposta agora tramita como PEC 55/2016 no Senado. A proposta trará sérios prejuízos:

- A **PEC 241/16** vai incluir na Constituição Federal dispositivos que permitem desestruturar o serviço público, dismantlar a política de Saúde, de Educação, da Seguridade Social e demais direitos sociais apenas para possibilitar a destinação de mais recursos para o pagamento da dívida pública, beneficiando as elites ricas do País.

- A **PEC 241/16** proíbe a realização de concursos e a contratação de novos servidores públicos para atender as demandas da população.
- A **PEC 241/16** junto com o **PLC 54 (PLP 257/16)** terão impactos negativos em todo o serviço público, obrigando os municípios e estados a diminuir gastos com áreas sociais com o fim renegociarem suas dívidas com a União.



### DÍVIDA PÚBLICA

O Projeto de Lei Complementar (**PLP**) **257/2016**, que dispõe sobre a renegociação das dívidas dos Estados foi aprovado na Câmara e enviado ao Senado Federal. Na Casa foi numerado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 54/2016 – Complementar.

Na proposta original exigia-se um limite de gastos com pessoal, a proibição de reajustes a servidores públicos por dois anos e a fixação de um teto para os gastos públicos. A equipe econômica do governo interino viu-se forçada, porém, a rever diversos pontos, por conta das pressões de parlamentares de sua própria base.



## PRÉ-SAL

O PL 4567/16, que trata do fim da participação obrigatória da Petrobras no Pré-Sal foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 5 de outubro. O projeto desobriga a Petrobras de ser a operadora de todos os blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha de produção.

A proposta visa flexibilizar a participação da operadora e abrir caminho para uma futura privatização e perda de arrecadação da União.

Atualmente, a Petrobrás é responsável pela condução da execução direta ou indireta de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações.

A ideia da proposta, é de autoria do atual ministro de Relações Exteriores e senador licenciado do PSDB paulista, José Serra.



Foto: Brasil 247

## REFORMA DO ENSINO MÉDIO E ESCOLA SEM PARTIDO

A Medida Provisória 746/2016, da contrarreforma do ensino médio e o projeto de lei 193/2016, do programa Escola sem Partido, ganham força entre os parlamentares.

A MP 746/2016 746/2016 propõe

alterações na estrutura do ensino médio, sem diálogo ou reflexão com a sociedade.

Além disso, a proposta do programa “Escola sem Partido” é vista por educadores como a “lei da mordaca”. Para eles as regras impõem censura dentro da sala de aula, prejudicando a formação de alunos críticos, já que eles perdem o acesso à diversidade de opiniões. **A proposta visa as seguintes regras:**

1 - O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2 - O Professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta

delas.

3 - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4 - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5 - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6 - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A previdência é outra área que o governo pretende mexer. O interesse do governo Temer é fazer o brasileiro trabalhar por mais tempo antes de se aposentar, beneficiando empresários e seus lucros.

A intenção de Temer prevê idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, sem distinção, além de aumentar o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos.

Outras ideias em estudo são elevar a contribuição previdenciária dos funcionários públicos, hoje de 11%, e unificar regras de acesso à aposentadoria de servidores públicos e de trabalhadores do setor privado.



## SINDJUF-PA/AP ENGAJADO NA LUTA

Em assembleia geral extraordinária, o Sindjuf-PA/AP decidiu aderir às mobilizações nacionais.

No dia 26 de outubro o Sindicato se reuniu com entidades dos SPF's para tratar da unificação da luta. Durante a reunião as entidades discutiram como deve ser a paralisação geral prevista para o dia 11 de novembro, com o apoio de sindicatos estaduais e da sociedade civil organizada.

Os servidores do TRE-PA definiram

cque irão contribuir com a programação realizando uma assembleia setorial, e utilizando, como forma de protesto, a fixação de cartaz em frente ao Tribunal. Durante a tarde, a categoria se úne aos demais manifestantes em Ato Público que terá concentração na Av. Presidente Vargas.

## ENTENDA A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A ideia é unir esforços por meio de uma única mobilização, ao invés de várias mobilizações separadas. Por isso, não esqueça, dia 11 de novembro é o Dia

Nacional de Protestos, Mobilizações e paralisação. Nesse dia, juntos realizaremos uma grande ato contra os ataques do governo.

## CONTRIBUA COM A LUTA UNIFICADA

- Participando das Assembleias da categoria;

- Reforçando, construindo e organizando comitês locais;

- Participando dos atos chamados pelas seções sindicais e centrais sindicais, contribuindo para sua organização.

# 20 ANOS DE PREJUÍZOS

## DIGA NÃO À PEC DOS GASTOS PÚBLICOS - PEC 55/2016

# 1

### O que é a PEC do teto de gastos?

A PEC é uma iniciativa para modificar a Constituição Brasileira, proposta pelo Governo, tem como objetivo limitar durante 20 anos os gastos públicos com a justificativa de tentar equilibrar as contas públicas. A medida irá valer para os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário.

**Limite**

Em 20 anos, as despesas públicas (incluindo os restos a pagar de anos anteriores) não poderão crescer acima da inflação acumulada em 12 meses no período encerrado em junho do ano anterior, quando a proposta orçamentária está sendo elaborada

A regra do teto inclui despesas com saúde e educação



# 2

### Por que o Governo diz que ela é necessária?

O governo tenta argumentar dizendo que o Brasil está gastando muito mais do que se arrecada por meio dos impostos. Na verdade, boa parte do dinheiro que deveria ser investido para melhoria dos serviços básicos, como educação, saúde, transporte e saneamento é desviado para pagamento da dívida pública.

**Compensação**

A proposta orçamentária deverá limitar os gastos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público e da Defensoria Pública

Dentro de um mesmo Poder, serão previstos limites por órgão

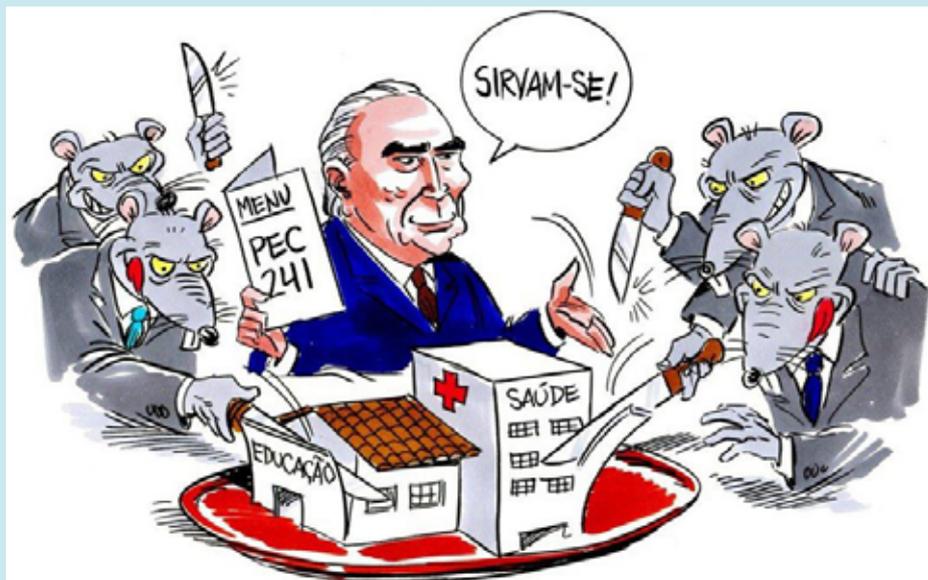
Se os gastos em determinada área necessitarem de correção superior à inflação, outra terá, em compensação, uma correção menor

# 3

## O que é a dívida pública?

A dívida pública é fruto de empréstimos efetuados pelo Estado a empresas e instituições financeiras no mercado nacional e internacional.

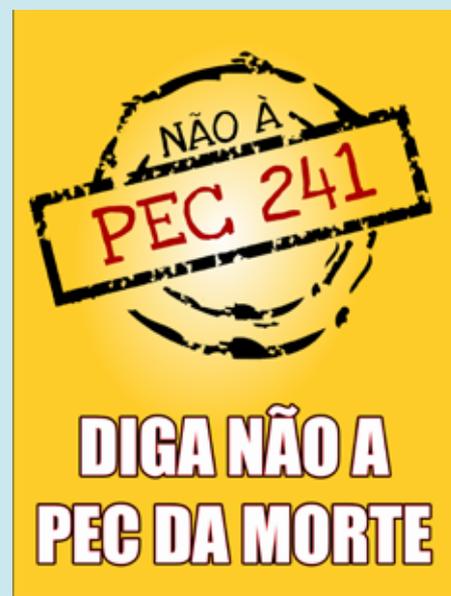
A dívida vem sendo contraída há vários governos do Brasil e consome grande parte do dinheiro dos brasileiros, que vai principalmente para a conta dos grandes bancos.



# 4

## Quais prejuízos a PEC trará?

O texto determina uma diminuição de investimento nas despesas primárias, ou seja, serviços essenciais para a população, como a saúde e educação, para as quais há regras constitucionais.



# 5

## Quando a PEC começa a valer?

A PEC que tramitava como PEC 241/2016, já foi aprovada na Câmara dos deputados e agora tramita como PEC 55/2016 no Senado. Se aprovada ela começa a valer a partir de 2017. No caso das áreas de saúde e educação, as mudanças só passariam a valer após 2018.

**Ponto de partida**

Excepcionalmente, para 2017 as despesas totais vão crescer 7,2%

Haverá regras especiais para educação e saúde no próximo ano:

- A educação seguirá o piso atual de 18% da receita de impostos
- A saúde será contemplada com 15% da Receita Corrente Líquida

# 6

## Qual o impacto da PEC no salário mínimo?

A proposta também inclui um mecanismo que pode levar ao congelamento do valor do salário mínimo, que seria reajustado apenas segundo a inflação. O texto prevê que, se o Estado não cumprir o teto de gastos da PEC, fica vetado a dar aumento acima da inflação com impacto nas despesas obrigatórias.

**Vedações**

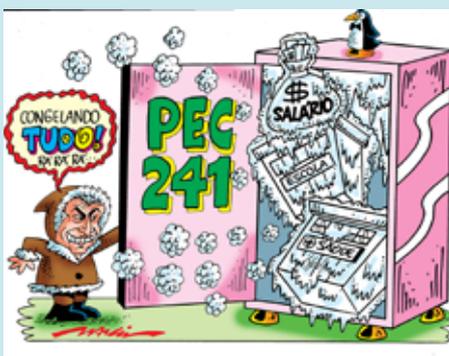
O órgão que desprezar o seu teto ficará impossibilitado, no ano seguinte, de dar aumento salarial, contratar pessoal e criar nova despesa, entre outras proibições

A proibição vigorará até que as despesas do órgão retornem ao limite

# 7

## O que acontece se a PEC for aprovada e o teto de gastos não for cumprido?

O não cumprimento dos limites inclui o veto à realização de concursos públicos, à criação de novos cargos e à contratação de pessoal.



# 8

## Quais impactos a PEC pode ter nas áreas de educação e saúde?

Esta medida prejudicaria o alcance e a qualidade dos serviços públicos oferecidos, levando a uma estagnação das metas do Plano Nacional de Educação serão prejudicados e um sucateamento ainda maior da saúde.



# 9

## A PEC do teto atingirá de maneira igual ricos e pobres?

A população mais pobre, que depende do sistema público de saúde e educação, tende a ser mais prejudicada com o congelamento dos gastos do Governo do que as classes mais abastadas.

# 10

## Por que a Procuradoria Geral da República diz que é inconstitucional?

Em nota técnica divulgada em 7 de outubro o órgão máximo do Ministério Público Federal afirmou que a PEC é inconstitucional. De acordo com o documento, "as alterações por ela pretendidas são flagrantemente inconstitucionais, por ofenderem a independência e a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e por ofenderem a autonomia do Ministério Público e demais instituições constitucionais do Sistema de Justiça [...] e, por consequência, o princípio constitucional da separação dos poderes, o que justifica seu arquivamento".



# 11

## O que vem depois da PEC, se ela for aprovada tal como está?

A PEC é a prioridade da equipe econômica do Governo Temer, que vai pressionar por outras reformas nos próximos meses, como a Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista.

## Sindicalismo

# Junto a Comitiva da Amazônia, Sindjuf-PA/AP participa de audiências no CNJ pela Regulamentação do Adicional de Penosidade

A União Sindical da Amazônia, grupo que integra os sindicatos de servidores do Judiciário Federal localizados na Amazônia, desde o mês de setembro, vem participando de audiências com conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para convencê-los sobre a importância da Regulamentação do Adicional de Penosidade para servidores lotados em regiões de difícil acesso.

Durante as reuniões, a Comitiva vem entregando aos conselheiros material contendo imagens que retratam a realidade dos trabalhos na Amazônia, além de um relatório jurídico sobre a questão.

O Sindjuf-PA/AP é membro Integrante da Comitiva, representando a categoria do Pará e Amapá. O coordenador Geral do Sindicato, Arcelino de Barros, vem acompanhando a comitiva e diz que a implementação do adicional de Penosidade é uma forma de corrigir uma injustiça aos servidores.

**“Há previsão legal desse adicional no Regime Jurídico (Lei 8.111/90). A nossa Constituição Federal também prevê esse adicional. Estamos há 25 anos esperando a implementação do adicional. Não dá mais para ficar esperando a Administração nos conceder sem que a provoquemos para isso”,** desabafa o coordenador.

A exposição a condições de trabalho desfavoráveis é o que fundamenta a importância do adicional para servidores que enfrentam o isolamento geográfico de diversos municípios da Amazônia, cujo acesso, muitas vezes, é realizado somente por



via fluvial ou por estradas em péssimas condições de tráfego. A dificuldade de acesso a esses locais prejudica sobretudo a economia, saúde e educação.

**“Temos enfatizado a necessidade da implementação do adicional, considerando as regiões inóspitas da região amazônica, como por exemplo a cidade de Itaituba, onde as vias são de difícil acesso e trafegabilidade, onde há poucas opções de saúde, entre outras dificuldades encontradas em cidades pequenas.”** Relata Arcelino.

Além das visitas ao CNJ, o grupo pretende visitar os tribunais superiores e propagar o pleito em todos os tribunais para concluir o trabalho de convencimento ao adicional de Penosidade.

## NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Executiva do Sindjuf-PA/AP, eleita pela categoria, portanto, detentora de todo respaldo e legitimidade para conduzir a luta em defesa dos trabalhadores do Poder Judiciário dos estados do Pará e Amapá, apresenta posicionamento acerca de vídeo divulgado pelo Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, onde o mesmo questiona a legitimidade e credibilidade da referida diretoria em razão de matéria divulgada no último boletim impresso. A matéria abordava sobre os problemas enfrentados pelos servidores lotados nos cartórios eleitorais fora da Sede.

Primeiro, esclarecemos que a abordagem feita acerca da situação dos cartórios adotou um caráter qualitativo, razão pela qual não se buscou explorar quantitativamente a situação dos cartórios com a utilização da técnica de pesquisa por amostragem, no entanto, a referida abordagem revelou, nas palavras dos entrevistados uma situação que é real e que é do conhecimento de todos os servidores que trabalham nos cartórios eleitorais fora da Sede e também dos servidores que desenvolvem trabalhos de rotina com os referidos cartórios. Ou será uma ficção o fato de o tribunal oferecer uma infraestrutura predial e de serviços mais adequada aos cartórios da capital? Ou ainda o fato de que a maioria dos cartórios não dispõe de transporte exclusivo para a realização de diligências e soluções de demandas do cartório? E a questão do fornecimento de água e o serviço de segurança disponibilizado ao interior, será que são idênticos aos da Sede? Quem trabalha no interior ou convive de alguma forma

com a realidade desses colegas sabe a resposta e, portanto, tem consciência de que os desafios não são poucos.

Por fim, consideramos importante ressaltar que as matérias publicadas nos nossos boletins e jornais não têm a intenção de sabotar ou mesmo inviabilizar o trabalho das administrações dos Tribunais, muito ao contrário. Colocamo-nos a serviço dos trabalhadores, nossa finalidade principal, como forma de sensibilizar os gestores para os principais problemas enfrentados pela categoria a partir dos feedbacks repassados pelos colegas.

Em relação à Administração do TRE-PA, somos conhecedores e reconhecemos o esforço desenvolvido por todas as gestões no sentido de dar a melhor resposta para as demandas dos servidores, contudo, no exercício da ação política legitimamente delegada pela categoria e, considerando ainda que uma das nossas bandeiras de campanhas se consistiu na defesa da autonomia e independência da luta em defesa da categoria em relação a partidos, governos e administrações de tribunais, não aceitamos a intervenção e muito menos reconhecemos legitimidade de qualquer administrador para tentar pautar ou mesmo influenciar a forma como vamos representar e defender a categoria, pois se houve no passado alguma postura de subserviência a esse ou aquele órgão, ficou no passado, pois essa direção tem como valor principal a intransigente defesa da categoria sobre qualquer outro interesse que esteja em desacordo com as deliberações dos nossos fóruns.

## Informe: Sindjuf visita Vara Trabalhista de Breves

O coordenador Ângelo Passos esteve reunido com os colegas da **Vara Trabalhista de Breves**, na ocasião em que esteve prestando suporte ao Cartório da 15ª Zona Eleitoral no período das eleições. Na oportunidade, o coordenador fez uma breve explanação acerca do processo de mudança na gestão do sindicato, bem como uma análise da conjuntura atual, dando destaque para as principais ameaças colocadas para todos os servidores públicos, como a PEC 241 e 257, além dos ataques à Justiça do Trabalho, resultado da forte ofensiva que vem sendo desencadeado pelo setor empresarial mais reacionário e predatório que tenta impor uma agenda de flexibilização de direitos como pano de fundo para a retirada de conquistas históricas, como o 13º salário, um terço de férias e jornada de trabalho de até 44 horas.

Após a apresentação, os colegas da vara foram convidados a se manifestar da forma que quisessem, seja para perguntar, sugerir

ou criticar. Das principais questões apresentadas pelos colegas, foi sugerido que o sindicato buscasse ampliar as parcerias e que também procurasse intermediar junto ao tribunal acerca da possibilidade de realização de atividades preventivas de doenças laborais e combate a LER, dentre outras.



## Giro nas Eleições

Servidores das zonas eleitorais e da sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizaram no dia 27 de outubro a avaliação das eleições municipais de 2016. O objetivo do grupo era discutir as práticas e procedimentos, levantando pontos sensíveis e dificuldades enfrentadas pelos cartórios eleitorais, bem como propor melhorias para eleições futuras.

O encontro também teve como objetivo proporcionar entre os servidores o compartilhamento das boas práticas experimentadas no decorrer do processo eleitoral.

Dentre os pontos destacado na reunião estava o curto período para organização das eleições, assim como a redução do orçamento. Além disso, os servidores relataram problemas com a comunicação interna, segurança e suporte nos cartórios.

Os servidores falaram também da necessidade de maior apoio para os cartórios eleitorais, com o propósito de auxiliar os servidores com as principais demandas das eleições. Além disso, os servidores solicitaram maior rigor na segurança dos cartórios eleitorais, identificando a necessidade do Tribunal repensar suas condições de segurança.

As imagens ao lado mostram a equipe da 12ª Zona Eleitoral de Cametá/PA na organização das eleições do município.

Portanto, não fique parado! Se você também quer mostrar o trabalho da sua equipe e do seu local de trabalho, mande suas fotos para o e-mail [comunicacao@sindjuf-paap.org.br](mailto:comunicacao@sindjuf-paap.org.br).



# Núcleo dos Aposentados elege nova coordenação

O Núcleo dos Aposentados do Sindjuf-PA/AP tem nova direção. A escolha ocorreu durante reunião no dia 27 de outubro. Os membros da coordenação foram eleitos por aclamação e a nova diretoria segue assim formada: Maria Adélia Mercês Oliveira (coordenadora) e Nilce Figueira (vice coordenadora). Também foram eleitos como suplentes os servidores Wladimir Batista e Antônio Jorge Corrêa.

## Programação

A reunião dos aposentados, além da escolha de sua nova direção, teve em sua programação a palestra do professor de sociologia, Abel Ribeiro, que falou sobre a desaposentadoria e as ameaças da PEC dos gastos Públicos ou como é conhecida, PEC do fim do mundo.

O professor falou sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que retira dos aposentados, que retornaram ao mercado de trabalho, a possibilidade de correção em seus benefícios, mesmo contribuindo mais para a previdência social.

Abel também falou sobre a proposta de reforma da previdência que prevê um aumento no tempo de contribuição, prejudicando o trabalhador que terá que trabalhar mais, sem a garantia de um benefício adequado para cobrir suas despesas.

## PEC dos gastos

O professor explicou os principais prejuízos que a PEC 241 (agora no Senado PEC 55/2016) irá inserir na sociedade. Segundo ele, a proposta atinge despesas primárias (educação, saúde, transporte, etc..), que inclui a remuneração dos servidores públicos.

A PEC limita durante 20 anos os gastos públicos, prejudicando principalmente os jovens que ingressarão no mercado de trabalho, além de contribuir para a precarização dos serviços considerados básicos para a população.

## Dívida Pública

Segundo o professor a justificativa para o ajuste fiscal parte do pretexto de equilibrar as contas públicas. Para o governo, o Brasil está gastando mais do que arrecadando, sendo necessária medidas emergenciais, porém o professor explica que há países



com a mesma situação do Brasil que não precisaram tomar medidas prejudiciais.

Para Abel grande parte do dinheiro arrecadado não é destinado para benefício da população, mas para quitar a dívida pública, contraída desde o século XIX.

“O Brasil é o país que mais gasta com juros e amortizações da dívida pública e com isso há uma necessidade de que se faça uma auditoria dessa dívida.” Diz Abel.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

O Núcleo dos Aposentados também aprovou por unanimidade uma Moção de Repúdio ao Sr. Deputado Federal, Alceu Moreira (PMDB-RS), por seu pronunciamento na Câmara dos Deputados,

quando chamou os aposentados de **VAGABUNDOS REMUNERADOS**.

**“Sr. Deputado, os aposentados exigem respeito pelos seus, 30, 35 e até mais de 40 anos de serviço, quando deram seu suor e sangue e muitos não chegaram a se aposentar porque morreram em serviço. Não somos vagabundos, somos servidores aposentados com remuneração paga pelos nossos serviços prestados para o engrandecimento desse país.”**

## Dia do servidor público

Apesar do cenário desfavorável, os aposentados comemoraram ainda o dia do servidor público com um coquetel e atração musical com a cantora Rosângela Maria.

# Congresso Nacional aprova PLN 12/2016 que abre crédito suplementar em favor dos TRTs



O Congresso Nacional aprovou no dia 18 de outubro, o PLN 12/2016, que abre crédito suplementar para diversos Tribunais Regionais do Trabalho. O montante, que supera o valor de R\$ 187 milhões será um reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária atual. A proposta segue agora para sanção presidencial.

Os recursos correspondem às receitas próprias, provenientes de excesso de arrecadação dos Regionais.

Se aprovado, o crédito beneficiará os seguintes TRTs: 1ª Região (RJ), da 3ª Região (MG), da 4ª Região (RS), da 6ª Região (PE), da 7ª Região (CE), da 8ª Região (PA/AP), da 9ª Região (PR), da 10ª Região (DF/TO), da 11ª Região (AM/RR), da 12ª Região (SC), da 14ª Região (RO/AC), da 16ª Região (MA), 17ª Região (ES), da 18ª Região (GO), da 21ª Região (RN), da 23ª Região (MT), e da 24ª Região (MS).

## Retirada de projetos que criam cargos e funções na JT



O presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Ives Gandra Martins Filho, pediu a retirada de todos os Projetos de Lei que estão em tramitação na Câmara dos Deputados e que dispõem sobre a criação de Varas do Trabalho, cargos e funções nos Tribunais Regionais do Trabalho e no CSJT.

Ao todo serão 32 projetos retirados de pauta. As propostas previam, no total, a criação de, aproximadamente, 100 Varas do Trabalho, 200 vagas para juízes e 8.000 vagas para servidores.

## Liminar do TST não tem efeitos na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ) informou que os

projetos em tramitação, que receberam pedido de retirada de autoria do TST, devem continuar tramitando. Segundo ele, os projetos só poderiam ser retirados de tramitação se requeridos pela chefe do Poder Judiciário.

## Ajuste fiscal

A medida é uma das estratégias da Justiça do Trabalho para ver reconhecida a abertura de uma exceção no ajuste fiscal, que permita que o acesso à fonte própria de remuneração de depósitos judiciais não se limite ao previsto na PEC 241, prestes a ser votada no Congresso Nacional.

## Projetos do Senado

Já os projetos que estão em tramitação no Senado Federal e que também dispõem sobre criação de cargos e funções não serão retirados, pois possuem previsão orçamentária para 2017 e já foram aprovados na Câmara dos Deputados. São eles o PLC 100/2015, que cria 270 vagas de analista no Tribunal Superior do Trabalho, extinguindo 119; o PLC 190/2015, que prevê 49 vagas para analista de TI para lotação no TRT da 5ª Região (BA) e o PLC 194/2015 que prevê a criação de 12 vagas para analistas de TI no TRT da 19ª Região.

## Sindjuf criará grupo para debater carreira

**O grupo busca discutir propostas para a atualização da Lei 11.416/2006 que estabelece o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores do PJU**

O Sindjuf deve criar nos próximos dias grupos de trabalho para discutir a carreira dos servidores do PJU. A categoria deverá ser convocada conforme data e programação a ser informada posteriormente.

### Atualização da Lei 11. 416/2006

No dia 12 de outubro, o coordenador Ângelo Passos participou de reunião do Grupo de Trabalho Nacional de Carreira, convocada pela FENAJUFE, com o intuito

de subsidiar os trabalhos da Comissão interdisciplinar, instituída pelo STF, com vistas a propor revisão e atualização da Lei 11.416/2006, que prevê o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios.

O prazo destinado aos trabalhos foi de noventa dias, que poderá ser prorrogado por mais noventa dias. A referida comissão é composta por representantes do CNJ, TSE, STM, TST, STJ, CSJT, TJDF e FENAJUFE.

Apesar da Fenajufe possuir três representantes na comissão isso não garante que a mesma terá o protagonismo dos trabalhos, razão pela qual a federação está adotando a estratégia de provocar novos debates nas entidades como forma de

qualificar as propostas que serão discutidas na comissão e também pressionar para que as posições da categoria, em nível nacional, possam ser levadas em conta nos referidos trabalhos.

### Grupo de discussão será aberto a todos

O grupo de discussão do Sindjuf estará aberto a todos interessados, filiados ou não, pois, a coordenação entende que nesse momento não podemos abrir mão de nenhuma colaboração nesse tema.

**Aguarde data e programação que deverá ser informada nos meios de comunicação da Entidade nos próximos dias. Participe!**

# Sindjuf-PA/AP define escolha de delegados para XX Plenária da Fenajufe



Em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 14/10/2016, os sindicalizados ao Sindjuf-escolheram os representantes para a XX Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe que acontecerá em Brasília/DF, de 24 a 27 de novembro.

A votação resultou na escolha de 4 delegados, um (1) representante da Diretoria Executiva, o coordenador de Formação Sindical, Ângelo Passos (TRE-PA) e três (3) da categoria, Ribamar França (TRE-PA); Weimar Ferreira (TRT-8ª); Marco Antonio Cardoso (JMU), além do observador Antonio Jorge Corrêa (TRT-8ª).

A categoria também elegeu suplentes, são eles: Waldson Silva; Nilce Figueira e Abreu Nunes, que deverão substituir delegados, caso estes tenham algum problema para comparecer na Plenária.

Os delegados deverão representar a categoria do Pará e Amapá levando as proposições tiradas em Assembleia.

Em análise conjuntural, os servidores falaram da necessidade de união de todos os trabalhadores brasileiros para lutar contra o governo Temer, que vem avançando com as propostas de ajuste fiscal, que prejudicam o país. Outra análise feita foi que atualmente o Brasil possui um Congresso Nacional submisso ao governo, aumentando as chances de aprovação de projetos nocivos ao serviço público e aos servidores. Também foi dado destaque para a ausência de liderança que dê direção aos movimentos de trabalhadores, que buscam construir uma greve geral.

## Sindjuf-PA/AP lança enquete sobre ação dos 15,8% e 21,3%

*Entidade esclarece os motivos pelos quais não ingressou com ação e busca opinião da categoria*



O Sindjuf-PA/AP acaba de lançar uma enquete para saber se a categoria é a favor ou contra o ingresso da ação dos 15,8% e 21,3%, para a realização de uma assembleia com a categoria.

O Sindicato não ingressou com a ação e esclarece os motivos.

Baseado em recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que indeferiu pedido semelhante, o Sindjuf-PA/AP, com receio de não obter êxito e ser condenado a pagar as custas e honorários de sucumbências, prejudicando a categoria, não ingressou com a ação dos 15,8% e 21,3%.

### Ação semelhante

Uma das decisões que o Sindicato se

baseia é a ação que buscava conceder os 13,23% aos servidores da Justiça do Trabalho, para corrigir distorções salariais provocadas pela Lei 10.698/2003, a qual concedeu reajuste com percentual diferenciado aos servidores públicos federais. A ação foi indeferida pelo Ministro Gilmar Mendes, que em caráter liminar, considerou que a concessão dos 13,23% feria a Súmula 37 do STF. A Súmula preceitua que não cabe ao Poder Judiciário, que não possui função legislativa, aumentar os vencimentos dos servidores, sob o princípio da isonomia.

A corte seguiu o mesmo entendimento, suprimindo o percentual, incorporado desde 2014, frustrando os servidores que já dispunham de planejamento financeiro a respeito do índice, subitamente subtraído em momento de crise econômica.

Além dos 13,23%, as ações da Anajustra e do Sindicato de Goiás, relativas aos 15,8% e 21,3% também não obtiveram êxito em 1ª instância. Por conta dessas ações, que possuem as mesmas premissas, é que o Sindjuf-PA/AP mantém cautela sobre o assunto.

### Entenda a ação dos 15,8% e 21,3%

O objetivo da referida ação é corrigir distorções quanto a aplicação do

percentual de reajuste para os servidores do Poder Judiciário Federal, por meio da Lei 12.774/2012.

Em 2012, o Poder Executivo promoveu reajuste na remuneração dos servidores públicos linearmente, à exceção do Poder Judiciário, contemplando exclusivamente com o aumento do percentual de 15,8%, somente sobre a GAJ. O referido reajuste aos servidores públicos ocorreu por meio de diversas leis ordinárias, o que caracterizaria revisão geral, não se justificando, assim, que para o poder judiciário não fosse aplicado às suas tabelas salariais, aos cargos e funções comissionadas, a VPNI e demais vantagens.

No entanto, legalmente, é imprescindível que exista lei específica do Poder Executivo Federal, que trate de modo expresse a matéria para que realmente haja revisão geral anual, o que não houve no caso, em que os reajustes ocorreram de maneira setorial, com reestruturação da carreira.

### Participe da enquete do Sindjuf

Diante dos fatos narrados, a Diretoria do Sindicato abriu consulta à categoria com o objetivo de decidir acerca do ingresso ou não das ações e, havendo decisão no sentido intentá-las, será realizada assembleia para corroborar tal entendimento. Acesse o site do Sindicato e vote na enquete.

# PEC 241 é inconstitucional, diz nota técnica do MPF

Uma nota técnica produzida pela Ministério Público Federal relata porque a PEC 241 deve ser considerada inconstitucional. De acordo com o relatório, a proposta ofende a independência e autonomia dos Poderes Legislativos e Judiciários e ofende também a autonomia do MPF.

A nota se baseou no art. 2º da Constituição Federal que declara serem independentes e harmônicos entre si os poderes da União, Legislativo, Executivo e Judiciário. Sendo assim, qualquer medida que fere essa norma é inconstitucional, principalmente, por tentar suprir, alterar ou restringir prerrogativas e garantias dessas instituições.

## Vinte anos de prejuízo

A nota avalia que durante os 20 anos do novo regime fiscal o Judiciário e demais instituições do Sistema de Justiça terão seu desempenho limitado, enfraquecido e prejudicado pela Proposta, levando a uma diminuição do papel do judiciário que é combater a corrupção; combater crimes; atuar em tutelas coletivas e defesa do interesse público.

Além dessas questões, o judiciário deve passar por sérios problemas financeiros e pelos próximos vinte anos, estará impedido de: ampliar sua estrutura; promover novos membros e servidores;



promover os reajustes das despesas com pessoal e encargos sociais dos agentes públicos; efetuar despesas com inativos e pensionistas, entre outros.

De acordo com MPF, a PEC mina, corroe, abala, arruína, diminui e engessa o Judiciário e demais instituições, além disso, minimiza os direitos fundamentais do cidadão.

O MPF alerta outro grave problema que

trará a PEC 241. Com o pretexto de equilibrar as contas públicas, O Poder Executivo passará a controlar os demais poderes ainda que de maneira indireta, inviabilizando o cumprimento de suas funções, controlando a ordem constitucional vigente.

A nota técnica propõe ainda 4 sugestões de alteração da proposta legislativa. A Nota Técnica PGR/SRI Nº 82/2016 pode ser acessada por meio do site do MPF.

## VOTAÇÃO EM 2º TURNO

Confira como votou a bancada dos deputados federais do PARÁ

Pará (PA)			
Arnaldo Jordy	PPS		Não
Beto Faro	PT		Não
Beto Salame	PP	PpPtBpsc	Sim
Delegado Éder Mauro	PSD		Sim
Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPen	Sim
Francisco Chapadinha	PTN	PtnPtdoBpsl	Sim
Hélio Leite	DEM		Sim
Joaquim Passarinho	PSD		Sim
José Priante	PMDB	PmdbPen	Sim
Josué Bengtson	PTB	PpPtBpsc	Sim
Lúcio Vale	PR		Sim
Nilson Pinto	PSDB		Sim
Simone Morgado	PMDB	PmdbPen	Sim
Wladimir Costa	Solidaried		Sim
Zé Geraldo	PT		Não
<b>Total Pará: 15</b>			

## VOTAÇÃO EM 2º TURNO

Confira como votou a bancada dos deputados federais do AMAPÁ

Amapá (AP)			
André Abdon	PP	PpPtBpsc	Sim
Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPen	Sim
Janete Capiberibe	PSB		Não
Jozí Araújo	PTN	PtnPtdoBpsl	Sim
Marcos Reategui	PSD		Sim
Professora Maróvania	PCdoB		Não
Vinicius Gurgel	PR		Sim
<b>Total Amapá: 7</b>			

# FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO



# 2016

ATRAÇÃO  
MUSICAL



## TUNA LUSO BRASILEIRA

AV. ALM. BARROSO, 4110 - SOUZA - BELÉM/PA

**09/DEZ (6ª feira)**

**A partir das 21h**